



ACÓRDÃO Nº 591/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11400/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Advogado:** Não Possui.
- 4- **Órgão:** Câmara Municipal de Itapiranga.
- 5- **Exercício:** 2015.
- 6- **Responsável:** João Batista da Mata Sousa – Ordenador de Despesa.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1977/2017-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls.1032/1041).
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Itapiranga. Exercício de 2015.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Comunicação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em **consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. João Batista da Mata Sousa**, responsável pela Câmara Municipal de Itapiranga, no curso do exercício 2015, nos termos, das alíneas b e c do inciso III do art. 22 e do parágrafo único do art. 25, todos da Lei nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais e de dano ao erário, conforme as irregularidades 03, 05, 06, 07, 08, 10, 11,12,13, 14 ,15,16, 17,18 e 19 da Notificação nº 313/2016-DICAMI;
- 10.2. **Considerar em Alcance** o **Sr. João Batista da Mata Sousa** no valor de R\$ 30.638,36 (trinta mil, seiscentos e trinta e oito reais e trinta e seis centavos) nos termos do artigo 304, I da Resolução nº 04/2002-RITCE, sendo o montante de R\$ 29.951,54 referente a não comprovação da transação de devolução ao Tesouro Municipal do montante supracitado (restrição nº 10), e o valor de R\$ 686,82 referente ao pagamento de encargos financeiros (restrição nº 11). Devem ser recolhidos na esfera Municipal para a Câmara Municipal de Itapiranga. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.



ACÓRDÃO Nº 591/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3. Aplicar Multa ao Sr. João Batista da Mata Sousa no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos) em razão de graves infrações a normas legais detectadas (irregularidades 03, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 da Notificação nº 313/2016-DICAMI). Devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

10.4. Determinar à Câmara Municipal de Itapiranga, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM que:

10.4.1. promova a imediata atualização do seu Portal de Transparência conforme demonstrado nesta instrução;

10.4.2. faça apenas publicações de demonstrativos assinados (digitalizados) como medida de autenticidade destes documentos públicos;

10.4.3. adote as providências necessárias no sentido de fazer registrar contabilmente todos os eventos relativos ao Ativo Imobilizado do órgão, nos termos das normas contábeis vigentes;

10.4.4. adote as medidas necessárias para que o valor de R\$ 237.970,57 referente a créditos não recebidos, seja baixado contabilmente, uma vez que o direito já foi repassado ao Executivo, de modo a refletir maior confiabilidade ao Balanço do órgão [Achado n. 08(a)];

10.4.5. de modo imediato salde suas antigas dívidas previdenciárias registradas no Balanço Patrimonial apresentando comprovação junto a esta Corte;

10.4.6. se abstenha de movimentar dinheiro em espécie devendo utilizar a rede bancária para suas transações financeiras;

10.4.7. ao órgão de controle interno para que elabore manual de procedimentos (rotinas) de Controle Interno a fim de diminuir os riscos e irregularidades, além de contribuir para que os objetivos gerais do órgão sejam alcançados, nos termos do art. 74, inciso II e IV, da CR/88 c/c art. 43, incisos II e IV, da Lei 2.423/96 (LO-TCE/AM);



ACÓRDÃO Nº 591/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.4.8. Faça constar na Comissão de Licitação no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes do órgão quadro, dando Cumprimento ao disposto no art. 51, da Lei 8.666/93 (restrição nº 13);

10.4.9. Faça concurso público para o exercício das atribuições de Contador, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição da República c/c art. 109, inciso II, da Constituição Estadual do Amazonas e art. 98, inciso III, da Lei Orgânica do Município (restrição nº 16).

10.5. Determinar a Comissão de Inspeção – DICAMI que verifique o cumprimento das determinações acima;

10.6. Comunicar a Sec. da Receita Federal do Brasil, considerando a competência definida no art. 2º da Lei 11.457/2007, acerca da impropriedade nº 12 objeto da Notificação nº 313/2016 (fls. 232/247) para que possa tomar as medidas que considerar cabíveis.

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 30 de Maio de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral